

Governo reage e retoma negociações

Preocupados com a volta das acusações de inércia, ministros convidaram sindicalistas e empresários para discutir saídas para a crise

RIBAMAR OLIVEIRA e
JOCIMAR NASTARI



BRASÍLIA — Presionado pela onda de críticas à aparente inércia com que enfrenta o agravamento da crise econômica, o governo procurou ontem retomar

a iniciativa das ações. Passou a convidar representantes de todas as centrais sindicais e das entidades empresariais para reiniciar as negociações sobre problemas estruturais da economia, paralisadas desde o momento em que o presidente Itamar Franco baixou a medida provisória fixando o reajuste mensal de salário, com redutor de 10%. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Raul Jungmann, disse que o objetivo da reunião, marcada para a próxima terça-feira, é definir o texto final da chamada Agenda Brasil.

No início da semana, o Palácio do Planalto autorizou o reinício das reuniões. Jungmann disse que o reinício das negociações conta com o apoio do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do Trabalho, Walter Barello, do Planejamento, Alexis Stepanenko, e dos líderes no Congresso, Pedro Simon e Roberto Freire. Informou também que o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, ficou entusiasmado com esse processo de negociação.

Despolitizado — “Queremos construir um fórum onde se discutam os problemas do País e se busque soluções concretas para eles”, disse Jungmann. “Não terá caráter político e nem temos a pretensão de realizar um pacto, mas queremos criar um mecanismo que discuta problemas concretos e defina sugestões consensuais para as questões levantadas”, acrescentou. As soluções apresenta-



André Dusek/AE—2/8/93

Ministro Cardoso

Irritação com a Imprensa sobre as medidas adicionais ao plano

das, no entanto, terão que atender a quatro exigências: contribuir para o combate à inflação, ao equilíbrio das contas públicas, à manutenção do crescimento econômico e melhorar o poder de compra do trabalhador.

As discussões a partir da semana que vem, segundo Jungmann, estarão desvinculadas da questão salarial, uma vez que o governo já definiu a sua proposta. “Não teremos mais a situação de emergência, que era a necessidade de elaborar com rapidez um política salarial”, argumentou. “Poderemos agora discutir todas as sugestões que foram levantadas nas duas primeiras reuniões pelos representantes dos trabalhadores e dos empresários”.

Jungmann não sabia ainda se o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, participaria da reunião de terça-feira. Quando foi vetado o reajuste mensal dos salários em 100% da inflação, Meneguelli informou que iria consultar as bases da CUT para saber se continuaria ou não participando das reuniões com o governo.

Medidas pontuais — O governo continuará concentrando suas medidas de combate à inflação na área fiscal, buscando redução de despesas e elevação de receitas através do combate à sonegação de impostos. Dentro dessa diretriz, o Ministério da Fazenda deve editar medidas complementares ao Plano de Ação Imediata, como a redução de alíquotas do Imposto de Importação (II) sobre produtos que estão tendo seus preços reajustados de maneira abusiva; o alongamento da dívida mobiliária; a implementação de um órgão interministerial que aplicará a legislação anti-truste; e a aceleração do programa de privatização.

Essas são algumas das “medidas pontuais” anunciadas na quarta-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, revelaram ontem alguns de seus assessores. Serão medidas concentradas em pontos específicos, de caráter tópico, que não implicarão em mudanças abruptas das linhas básicas da política econômica e nem na adoção de um choque, explicaram os auxiliares.

Irritação — Ontem pela manhã, ao chegar a seu gabinete, Cardoso demonstrou irritação ao comentar as notícias que davam conta de que o Ministério estaria preparando medidas de combate à inflação. “Vocês que inventaram isso, que esclareçam”, afirmou aos jornalistas, antes de entrar apressadamente no prédio.